Ata Reunião Extraordinária do dia 10 de Agosto de 2017

Ata da Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de Juiz de Fora-MG realizada em 10 de Agosto de 2017 (quinta-feira) em primeira chamada às 18h30min, em segunda chamada às 18h45min, em terceira e última chamada às 19h00min na sede do Conselho Municipal de Saúde, sito à Rua Batista de Oliveira, 239 sala 402 - Centro, Juiz Fora. Tendo como pauta os seguintes assuntos: 1) Verificação do Quorum e Abertura da reunião. 2) Discussão e deliberação da matéria: 2.1) Sindicância realizada nas Residências Terapêuticas administrada pelas instituições: Casa Viva e GEDAE. Propositores: Pleno do CMS/JF em 26/07/17 = Regina Célia de Souza - membro da Comissão de Sindicância e Presidente do CMS/JF. Expositores: Elizabeth Jucá e Mello Jacometti/SS = Comissão de Sindicância. **Deliberações CMS 10/08/17: 1) Supressão da pauta. 2) Encaminhar cópia do relatório da Comissão Sindicante, instituída pelas portarias SS/GAB/PJF - nº 2666 de 03/01/17 e 2672 de 14/01/17, à Comissão de Saúde Mental do CMS, instituída com base na Lei Federal 10.216/2001. 3) Pela suspensão imediata da chama pública, 004/2017. 4) Que a republicação da chamada pública, precisa de discussão com o CMS, considerando os prazos definidos em lei. Com a palavra Regina Célia (Presidente do CMS):** Boa noite a todos. Havendo quorum regimental vamos dar início à reunião. Primeiro eu quero aqui dar os parabéns aos nossos residentes, eu estou muito feliz com vocês aqui no Conselho, por várias vezes a gente já visitou alguns de vocês nas residências e estivemos há pouco tempo, também tem aqui alguns funcionários que eu estou feliz de ver aqui hoje, o Zé Eduardo que é do Casa Viva, o senhor Laércio do GEDAE, então é um prazer ter vocês aqui, o Antônio Pedro Carlos, não falamos de vocês sem vocês, isso é muito importante. Nós estamos aqui com o relatório da Comissão, que foi feito uma Comissão de Sindicância e que a gente recebeu algumas denúncias, e a gente fez um relatório a Comissão de Sindicância que foi aberta pela Prefeitura e a gente visitou todas as RTs tanto do GEDAE quanto do Casa Viva, e aqui que gerou esse relatório, a gente entregou esse relatório para Secretária Beth Jucá depois que a gente concluiu o nosso trabalho porque demorou mais de três meses, e a verdade é a seguinte mandaram para nós na sexta-feira porque nós fizemos o nosso trabalho e as ONGs tinham o direito de resposta, então nós recebemos na sexta-feira e aí não deu tempo da Comissão de Saúde Mental do Conselho sentar para discutir esse documento, porque a Comissão do Conselho vai ter conhecimento do que está aqui, do que foi colocado pela Comissão de Sindicância, também estou eu aqui que era da Comissão de Sindicância e a Gracinha que é do núcleo de redes que está aqui e que trabalha com o Alessandro, então só tem nós duas aqui. Então mediante a isso porque a gente tem que dar conhecimento, nós não vamos discutir porque não tem como a gente ler todo esse relatório aqui no plenário, não vamos expor de forma alguma algumas fotos que a gente tem, e a gente vai pedir então para adiar essa reunião para Comissão ter conhecimento desse conteúdo aqui, para depois então a gente estar pedindo outro ponto de pauta, mas o Jorge está aqui conversando com o Alessandro e gostaria de estar fazendo um encaminhamento com relação à chamada pública. **Com a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo):** Boa noite a todos. E conforme a Regina colocou esse relatório chegou às mãos do Conselho no dia 04 de agosto às 18h15min, não nos negamos em receber após o expediente dada a importância, mas o que não tem propósito é o Conselho não ter conhecimento do inteiro teor de tudo que foi discutido, tudo que foi apurado, a Comissão de Saúde Mental do Conselho instituída por Lei Federal talvez para muitos aqui não conheçam a 10.216, a Comissão ela é obrigatória, o Conselho pode fazer tudo mais a Comissão tem que existir. E depois considerando o parecer encaminhado pela Secretária num caráter de notificação ela concede a instituição Casa Viva, e acredito que nesse mesmo diapasão tem que ser concedido prazo não só ao Casa Viva mesmo que não aja nenhum relato apontado ao GEDAE mais também os dois terão que ter o mesmo prazo de manifestação, e isso já é uma crítica que faço enquanto Secretário Executivo Alessandro, e aí não tem propósito você ter um processo em andamento com 30 dias para que haja a manifestação do notificante e você ter uma chamada pública, e aí nós temos aqui no Conselho o certificado de inscrição que nós fornecemos a todos aqueles que querem prestar serviço ao Município de Juiz de Fora, ao Sistema Único, e eu estou questionando esse único porque não temos só um sistema no país então eu acho que é um Sistema Nacional de Saúde, talvez esse nome tenha que mudar, então não tem propósito você fazer uma chamada pública, habilitar, qualificar. Para depois fazer o quê? Então nós queremos nesse momento aqui que seja colocado em votação à suspensão da chamada pública que seria realizada no dia 15 em caráter deliberativo, e que haja uma discussão com a Comissão, com o Conselho, sobre o que está contido no edital de chamamento porque a gente aprende é com os erros, se erramos, se falhamos, vamos corrigir, e talvez esteja aqui Regina uma oportunidade de sanar realmente as irregularidades e construir o futuro, então eu estou encaminhando dado ao que está contido no relatório que são 128 laudas aproximadamente e que a gente suspenda a chamada pública, e que a chamada pública só vá à praça depois do parecer do Conselho. Por que eu estou dizendo isso? Talvez para muitos que estão aqui é difícil entender isso, mas nós participávamos da Comissão de Chamada Pública e Contrato eu e a Samantha, alguns acontecimentos e alguns questionamentos da nossa participação nós saímos, então a chamada pública e os contratos hoje são feitos arrepio do Conselho, e se vocês olharem a legislação todos os contratos tem que ter aprovação do Conselho e assim o fizemos com a Associação dos Cegos, então Regina é esse o encaminhamento que eu gostaria de fazer, pedir mil desculpas a todos vocês, parabenizar vocês pela mobilização porque só assim que vocês vão conseguir preservar os direitos de vocês, mas esse é o nosso encaminhamento. **Com a palavra Alessandro Nascimento (SSRA):** Boa noite a todos. Para quem não me conhece eu sou o Alessandro Subsecretário de Redes Assistenciais, responsável da pasta pelos contratos das residências terapêuticas junto com a saúde mental. A minha fala para vocês aqui é rápida, é que nós estivemos reunidos com a Secretária de Saúde ontem e foi determinado pela Secretária que nós iríamos fazer uma revisão do edital de chamada pública e ele estaria sendo novamente publicado, mas que a chamada pública vai acontecer e isso aí a gente precisa estar realizando a chamada pública, realmente vamos fazer uma revisão. Tem algumas falhas? Tem ou não tem? Nós estamos fazendo a revisão junto com Assessoria Jurídica, junto com a PGM, e essa nova publicação sairá acredito eu ainda esse mês, aí será novamente aquele novo

prazo de mais 30 dias e aí quem quiser se habilitar vai estar participando, mas que a chamada pública ela irá acontecer, mas essa agora do dia 15 já está sendo feito um trabalho dentro da Secretaria de Saúde para essa revisão do termo de referência da chamada pública e ela vai ser novamente publicada, aí a previsão é acontecer então no mês de setembro, obrigado. **Com a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo):** Sem querer monopolizar Alessandro, em nenhum momento nós estamos dizendo aqui, e respeito você enquanto Subsecretário e você foi Secretário, em nenhum momento nós estamos dizendo aqui que ela não vai acontecer até porque é um dos princípios que a administração tem que se primar, ela tem que dizer que está querendo prestadores, então a chamada pública vai ocorrer, mas no dia certo, no momento certo e na condição certa, é isso que nós queremos, é só isso e não tem dificuldade nenhuma. **Com a palavra Regina Célia (Presidente do CMS):** Enquanto Presidente do Conselho eu queria aqui tranquilizar os moradores das RTs que não é intensão nem da administração e nem do Conselho acabar com as RTs, eu só queria deixar isso aqui gravado, isso aí para nós é fundamental. Também gostaria de colocar aqui que esse documento vai ser encaminhado a Comissão de Saúde Mental para a gente poder estar debruçado nele e discutir, e senhores conselheiros eu vou colocar aqui em votação. O que eu vou colocar aqui em votação senhores conselheiros? **Com a palavra Vanderli (Comissão de Vigilância):** Eu queria perguntar à senhora Presidente porque foi encaminhado um documento do Sindicato para Comissão de Vigilância para poder estar visitando as casas, e a senhora não voltou o documento para o Secretário. Onde que está o documento? **Com a palavra Regina Célia (Presidente do CMS):** Na verdade Vanderli eu recebi ontem, então nem tive tempo de avaliar e embasar ele, mais eu vou te responder. **Com a palavra Samantha Borchear (Ouvidora):** Boa noite. É muito bom ver a casa cheia principalmente por pessoas guerreiras como vocês, obrigada pela presença e voltem sempre porque o que nós fazemos aqui reflete na vida de vocês, na saúde de vocês sem dúvida, apesar de nós não possuirmos poderes executivos de mandar fazer, mas nós temos sim o dever institucional de representá-los e de lutar por melhores condições de assistência a saúde de cada um de vocês, e dos outros que não estão aqui e que nós representamos. Eu queria fazer questionamentos, eu acho que é pertinente aqui e principalmente com o público que está aqui hoje presente, nada melhor do que a transparência e eu sou muito transparente na minha vida, eu não tenho receio de nenhum tipo de devassa sobre a minha atuação enquanto Ouvidora, conselheira, mãe, mulher, porque tudo meu é muito transparente e claro, e eu queria perguntar sobre a questão da atuação da representante do Conselho na Comissão que fez o parecer. Por quê? Eu queria levar Alessandro para Secretaria essa minha solicitação, porque quando eu e o Jorge fomos aqui indicados e eleitos para representar a Comissão de Contratos nós fomos eleitos pelo plenário e isso é legítimo, e eu acho importante que as pessoas que estejam representando o Conselho nas instituições principalmente governamentais que elas sejam de forma legítima eleitas por esse plenário, para não parecer que é uma tendência, que é uma indução e que é uma facilitação, porque eu não tive como ouvidora e nem a Comissão como eu vi aqui agora informações sobre o que foi sendo feito, e para mim é triste e surpreso um dia eu abro o jornal na internet e vejo lá que a imprensa teve informações primeiro do que nós que estamos aqui ironicamente em dever de fiscalizar o Sistema Único de Saúde, então isso me aborreceu muito. Então eu gostaria Jorge de completar o seu encaminhamento, e que quando a Secretaria e outros órgãos governamentais fizessem qualquer indicação a exemplo de que eu e o Jorge fomos eleitos, que fosse a pessoa eleita que a Secretaria tomasse a cautela Dr. Simone de indicar ao Conselho uma eleição, uma indicação, mesmo que em comissão de uma pessoa ou de duas porque eu acho que uma também é uma situação ruim, porque nós nunca trabalhamos de forma isolada e nós sempre fomos dois aqui, as comissões são de seis e as representações de duas pessoas, raras exceções lógico tudo tem exceção, mas nesse caso que é um assunto muito importante porque nós temos denúncias e situações gravíssimas acontecendo nas RTs e em outros lugares, eu não vou falar aqui porque o tempo não me permite e não é também pertinente, mas nós queremos sim a avaliação transparente, dignidade aos moradores das residências, aos profissionais que atuam lá, a sociedade em geral, muito obrigada. **Com a palavra Regina Célia (Presidente do CMS):** Quem participa da Comissão de Sindicância sou eu a Gracinha que está aí a Rosana o Dr. Renato Lobo e a Irma e essa Comissão ela foi publicada. **Com a palavra Simone Porcaro (Assessora Jurídica da Secretaria de Saúde):** Boa noite a todos. Eu primeiramente quero pedir desculpas porque o trânsito me impediu de chegar antes da abertura, então eu acabei de chegar. Mas diante do que eu já ouvi, eu me senti no direito e tomei a liberdade de me manifestar porque eu acho que a questão, eu cheguei e ouvi o Jorge dizer que a Secretaria de Saúde e o Município de Juiz de Fora não deixarão de modo algum desassistidos os usuários, os residentes das residências terapêuticas, isso é fato e nós estamos aqui corroborando com essa fala. Agora em relação à Comissão que foi criada para Sindicância, essa Comissão tem a participação do Conselho Municipal de Saúde, a Regina como mesmo disse ela é parte integrante da Comissão, essa Comissão ela surgiu a partir de denúncias, ela não está concluída e ela está em andamento em fase de conclusão, então qualquer coisa que seja afirmada nesse momento é mera especulação. E mais, em relação ao que a Samantha disse sobre as informações prestadas a imprensa, eu posso afirmar com convicção que essas informações não foram passadas oficialmente pela Secretaria de Saúde, de fato isso foi para mídia, mas temos notícias de que foram informações extraoficiais no primeiro momento, agora os repórteres eles têm as suas fontes de informação e todos nós sabemos disso, então o que eu gostaria de deixar aqui registrado é que nós da Secretaria de Saúde e eu tomei a liberdade de manifestar estamos muito atentos a essa chamada pública, e muito atentos principalmente e anteriormente a chamada pública à assistência e o cuidado de cada um dos residentes das residências terapêuticas, então os senhores não tenham dúvidas de que nada será feito para que o direito de vocês seja prejudicado, muito pelo contrário a Secretaria de Saúde pela sua Secretária e por todo o seu corpo técnico tem a maior preocupação em manter a melhor assistência possível aos usuários do SUS, independente de ser residência terapêutica ou qualquer outro serviço que seja disponibilizado pelo SUS, então eu não sei se eu falei o que já haviam dito e não sei se falei tudo que deveria dizer, porque como eu disse e peço mais uma vez desculpas cheguei de fato um pouco

atrasada, eu estou a disposição de todos vocês, muito obrigada. **Com a palavra Regina Célia (Presidente do CMS):** Eu vou colocar em votação a supressão da pauta de hoje da saúde mental e que fica para setembro a nossa pauta, então quem concordar com a supressão da pauta favor levantar o crachá. Contrários, abstenções: aprovado a supressão. Encerrada a reunião. **Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Saúde/Juiz de Fora. Transcrição: Vanessa Souza de Castro.**